



PODER

Moraes zera disputa do IOF e chama conciliação

Com a decisão, governo e Congresso fazem acenos mútuos. Motta fala em rever benefícios e emendas para equalizar contas públicas

A crise entre Executivo e Legislativo sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) tem tudo para ser superada em uma conciliação mediada pelo Supremo Tribunal Federal. Isso porque o ministro Alexandre de Moraes, do STF, decidiu, ontem, pela derrubada dos decretos do governo (que aumentava as alíquotas do tributo) e do Congresso (que sustou a medida do governo) e convocou-os a buscarem um acordo. Antes, porém, os dois lados têm 15 dias para apresentar seus argumentos.

Na decisão, Moraes destacou que o “indesejável embate” entre as medidas do Executivo e do Legislativo contraria o artigo 2º da Constituição, que determina independência e harmonia entre os Poderes. Também salientou que o Poder Executivo tem a prerrogativa constitucional de alterar o IOF, desde que não haja desvio de finalidade, como alega o Congresso no decreto que sustou o aumento do imposto. Por ser um tributo de natureza extrafiscal, o tributo não pode ter caráter arrecadatório.

O objetivo do governo com a medida não é segredo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — assim como a articulação política do governo, em coro com os aliados no Congresso —, deixou claro em diversas ocasiões que a derubada do decreto que aumentava o IOF forçaria o governo a contingenciar recursos para cumprir a meta fiscal. Esse argumento foi repetido, ontem, pela ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

A partir da decisão de Moraes, governo e Congresso passarão a fazer acenos na direção da conciliação. O primeiro a se manifestar foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em evento no qual anunciou investimentos da Petrobras, em Duque de Caxias (RJ) — e com direito a afagos no Legislativo.

“Parece que tem uma guerra. Sou muito agradecido à relação que tenho com o Congresso. Nesses dois anos e meio, aprovou 99% das coisas que mandamos. Quando tem uma divergência, é bom porque a gente senta à mesa, conversa e resolve. Vamos resolver isso na mesa de negociação”, afirmou.

Já o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) — que no começo da semana postou vídeo subindo o tom com o governo, dando a entender que o recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) ao STF aprofundaria a crise do IOF — se mostrou satisfeito com a mediação proposta pela Corte. Para ele, a decisão de Moraes é uma “vitória do bom senso”. Acrescentou que a alternativa para as contas públicas seria a revisão de benefícios e isenções tributárias.

“Entendemos que esse gasto tributário tem crescido de maneira muito forte nos últimos anos e é importante rever essas isenções. Esses benefícios estão totalmente fora do que é racional para o que o país suporta do ponto de vista fiscal”, disse.

Alternativa

Para Motta, as emendas parlamentares podem ser incluídas no esforço do governo para garantir o equilíbrio fiscal em 2025. E admitiu que esses cortes nas emendas — que somam R\$ 50 bilhões no Orçamento de 2025 — podem entrar na negociação.

“As emendas parlamentares podem ser objeto de avaliação dentro de um esforço conjunto para assegurar responsabilidade fiscal. O que não pode é criminalizar as emendas parlamentares como se fossem pagamentos para o bolso de deputados e senadores. E nem condicionar a liberação de emendas à votação favorável a determinado projeto”, acrescentou.

Para Haddad, o objetivo do governo com o decreto do IOF é reduzir a sonegação de impostos — e não arrecadar mais, apesar de várias vezes ter afirmado isso. “Desde o começo temos feito isso, com as bets, com os fundos fechados, com os fundos offshore, com os jabutis da subvenção de custeio, com vários problemas. Estamos inibindo a sonegação. É assim que estamos corrigindo as contas públicas”, explicou, na cerimônia dos 10 anos do Banco dos Brics.

Por sua vez, o ministro da Jorge Messias, da AGU, considerou a decisão de Moraes “razoável e

Fotos: Mariana Campos/CB/D.A Press



Decisão de Moraes de sustar decretos foi festejada pela oposição e pelo Legislativo. Governistas não gostaram

plausível”. Conforme disse, a União terá a oportunidade de discutir a decisão do Congresso. “A AGU valoriza a proposta de diálogo interinstitucional sugerida pelo STF, reconhecendo-a como um espaço importante para a resolução de conflitos”, observou.

No Congresso, enquanto a oposição cantava vitória com a decisão de Moraes, entre os governistas a reação foi de indignação. O líder do PT na

Câmara, Lindbergh Farias (RJ), disse que o governo terá de cortar em programas sociais. Afirmou, ainda, que a decisão do ministro adia a solução definitiva e impõe “prejuízos concretos às contas públicas.”

Ainda na Câmara, mas pelo pólo contrário ao Palácio do Planalto, a suspensão do aumento das alíquotas foi classificada como “alívio” aos trabalhadores — conforme frisou o líder da oposição, deputado

Zucco (PL-RS). Mas, mesmo assim, ele aproveitou para alfinetar o Judiciário por se colocar como mediador de disputas políticas.

“O Judiciário não pode ser o árbitro de embates políticos entre Executivo e Legislativo”, criticou.

Com Danandra Rocha, Fernanda Strickland, Maiara Marinho, Wal Lima, Israel Medeiros, Raphael Pati e Victor Correia



A existência de séria e fundada dúvida sobre o uso do decreto para calibrar o IOF para fins puramente fiscais (...) é suficiente para analisar eventual desvio de finalidade na utilização excepcional do artigo 153, §1º da Constituição, pois (...) poderia indicar desvirtuamento da previsão constitucional de 'equalização'”

“Por se tratar de decreto autônomo do presidente da República, caberia aos partidos políticos com representação no Congresso o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade (...) e não da aplicação de um mecanismo previsto para o controle de eventuais excessos do Poder Executivo”

Trechos da decisão do ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu os decretos do governo e do Congresso



Houve dois equívocos: primeiro, não houve diálogo com o Congresso Nacional, com a Câmara dos Deputados, o que havia permanentemente na minha gestão. E, em segundo ponto, também se alardeou muito que se instituiu o aumento do IOF para aumentar a arrecadação — e ele (o imposto) existe apenas para regular as relações fiscais”

Ex-presidente Michel Temer

Solução em sintonia com Temer

» ANA MARIA CAMPOS
Enviada especial

Lisboa — Foram dois dias de imersão, conversas ao pé do ouvido e uma pausa na agenda corrida de Brasília. No terceiro dia do XIII Fórum de Lisboa, ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator da ação proposta pelo PSol e pela Advocacia-geral da União (AGU) contra a derrubada pelo Congresso do decreto presidencial que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), tomou uma decisão salomônica: suspendeu os decretos do Executivo e do Legislativo que tratam do assunto e marcou uma audiência para conciliação.

Moraes ouviu vários interlocutores em Lisboa, mas um em especial: o ex-presidente Michel Temer, seu amigo e responsável por sua nomeação no STF — a quem se referiu, em sua exposição no Fórum, como “eterno presidente.”

Em sua decisão, tomada na capital portuguesa, Moraes usou os

mesmos argumentos que Temer tem defendido nas conversas com políticos e magistrados. Em entrevista ao **Correio**, na quarta-feira, o ex-presidente apresentou seu ponto de vista: a Constituição determina que haja harmonia entre os Poderes da República e o IOF não pode ser alterado para aumentar a arrecadação.

“Houve dois equívocos: primeiro, não houve diálogo com o Congresso Nacional, o que havia permanentemente na minha gestão. E, em segundo ponto, também se alardeou muito que se instituiu o aumento do IOF para aumentar a arrecadação — e ele (o imposto) existe apenas para regular as relações fiscais”, apontou, na conversa com o **Correio**.

O ministro explicou, em sua decisão, que o IOF tem como principal função a regulação do mercado financeiro e da política monetária — tendo, assim, natureza extrafiscal. Segundo Moraes, caso fique demonstrado que o Ministério da Fazenda utilizou esse instrumento

apenas para fins arrecadatórios, haverá desvio de finalidade, o que autoriza o Poder Judiciário a verificar a validade do ato.

No painel sobre a regulação das big techs, Temer se sentou na primeira fila e conversou com Moraes. Foi um bate-papo apenas horas depois da divulgação da decisão do ministro do STF sobre o IOF.

No balanço sobre o evento, depois do encerramento na tarde de ontem, o decano do STF, Gilmar Mendes, anfitrião do evento, ao ser questionado pelos jornalistas, comentou o impacto da decisão de Moraes sobre os decretos do IOF. “Talvez essa decisão do ministro Alexandre ajude as partes envolvidas nesse conflito a colocarem a cabeça no travesseiro, refletirem e tentarem fazer uma solução no campo político, que é o campo adequado para isso”, afirmou, para acrescentar:

“Nós temos uma tensão fiscal, precisamos fazer construções mais elaboradas. É preciso, então, que se invista nesse sentido”.